

Sindicatos com “sérias reservas” sobre anunciada revisão curricular e fusão de ciclos | Educação

P www.publico.pt/2026/01/21/sociedade/noticia/sindicatos-serias-reservas-anunciada-revisao-curricular-fusao-1-2-ciclos-2161987

Lusa

00:00

04:37

Exclusivo Gostaria de Ouvir? [Assine já](#)

A Federação Nacional da Educação (FNE) criticou esta quarta-feira o ministério por ter anunciado a reorganização dos 1.º e 2.º ciclos de escolaridade sem informar previamente os sindicatos, manifestando "sérias reservas" quanto à revisão curricular.

O ministro da Educação, Fernando Alexandre, anunciou na terça-feira no Parlamento a [reorganização dos 1.º e 2.º ciclos de ensino até 2027](#), bem como a revisão da matriz curricular, em paralelo com as aprendizagens essenciais, que terão em conta a digitalização e inteligência artificial.

A FNE reagiu ao anúncio exigindo "respeito institucional e esclarecimentos" sobre a anunciada revisão, tendo enviado à tutela "um ofício onde manifesta sérias reservas relativamente à revisão curricular".

A federação sindical lamenta ter tomado conhecimento destas intenções através da comunicação social, considerando que "constitui uma grave falha de respeito institucional e uma quebra do princípio de informação, consulta e diálogo prévio".

A FNE alerta que estas mudanças têm impacto no trabalho docente, na organização das escolas e na carreira dos professores. "Entre esses impactos contam-se a definição dos grupos de recrutamento, a oferta de horários, a participação em concursos e mobilidade, o risco de horários zero, bem como as exigências acrescidas ao nível da formação inicial e contínua dos docentes", exemplifica.

A FNE lembra ainda que as alterações às cargas horárias e à redistribuição de conteúdos influenciam directamente o número de turmas, o dimensionamento dos horários docentes e a estabilidade profissional, "pelo que não podem ser tratadas de forma avulsa nem desligadas do processo negocial em curso sobre o Estatuto da Carreira Docente".

Segundo o ministro, "ainda no primeiro trimestre irá para consulta pública a revisão das aprendizagens". O [processo de revisão das Aprendizagens Essenciais](#) estava em curso desde o ano passado e, em Julho, o Governo concluiu a revisão dos documentos orientadores para os 1.º, 3.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade.

Numa segunda fase, durante o primeiro trimestre de 2026, seriam submetidas a consulta pública as Aprendizagens Essenciais dos restantes, mas o executivo vai afinal levar a debate os conteúdos leccionados em todos os anos de escolaridade, após decidir alargar o processo à matriz curricular.

Esse trabalho será realizado em paralelo com a reorganização dos 1.º e 2.º ciclos, prevista no programa do Governo. "O nosso objectivo é que estas alterações entrem em vigor em 2027/2028, mas com uma alteração mais profunda, não apenas das aprendizagens essenciais, mas também da matriz curricular e dos próprios conteúdos e tendo em conta também essa alteração da organização dos primeiros ciclos de aprendizagem do ensino básico", acrescentou Fernando Alexandre.

Também esta quinta-feira, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) alertou para as condições de trabalho dos [educadores e professores em regime de monodocência](#), tanto na Educação Pré-Escolar, como no 1.º ciclo. "A progressiva degradação destas condições constitui uma das principais causas do crescente desgaste profissional e do abandono da carreira docente, tornando cada vez mais urgente a valorização destes profissionais e das suas condições de trabalho", nota a federação em comunicado.

Recorde-se que tanto os educadores de infância como os professores do 1.º ciclo estão entre os grupos de docentes mais envelhecidos. E, no caso dos do 1.º ciclo, um dos que se regista maior escassez, o que, diz a Fenprof, está a "conduzir muitos educadores e professores a situações de ruptura, com impactos evidentes na qualidade do ensino, no funcionamento das escolas e no bem-estar das crianças".

A Fenprof realizou ainda um inquérito junto dos educadores e dos professores do 1.º ciclo sobre as condições de trabalho na monodocência e os resultados "evidenciam preocupações amplamente partilhadas pelos docentes, revelando práticas irregulares na gestão das faltas de curta duração, soluções diferenciadas entre agrupamentos e uma preocupante e generalizada falta de assistentes operacionais, designadamente nas salas de jardim-de-infância, comprometendo a qualidade pedagógica, a segurança e o bem-estar das crianças".

São estas conclusões que a estrutura sindical pretende entregar esta quinta-feira à Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), já que considera "indispensável" que a inspecção intervenha de forma "urgente" para "clarificar procedimentos, pôr termo a práticas ilegais e assegurar condições de trabalho dignas para os docentes".